

Cooperativismo MST: um estudo sobre a Fundação da Cocapar

MST cooperativism: a study about the Cocapar Foundation

Karin Gabriel Moreno de Souza¹⁹

RESUMO: Este artigo é parte integrante dos resultados de pesquisas realizadas na elaboração de Monografia de conclusão de curso em Geografia na Universidade Estadual Paulista, campus de Presidente Prudente. Atualmente o autor está cursando Mestrado na mesma universidade. Este trabalho tem como propósito analisar as características da fundação da COCAPAR (Cooperativa dos Assentados do Pontal do Paranapanema), observando como ocorreram as organizações para a fundação da cooperativa, que inseriu novas estratégias de organização por parte do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), aos assentamentos rurais. Os assentamentos surgem como resultados da luta dos movimentos socioterritoriais pela terra e reforma agrária. Esse é o tipo de reforma agrária existente no país, a implantação de assentamentos rurais mediante a pressão popular. A construção de cooperativas surge nos assentamentos rurais objetivando a permanência na terra, pois após a conquista da terra, as famílias assentadas necessitam permanecer e reproduzir seus modos de vida, buscando ascensão social e emancipação econômica, o campesinato passa então a articular suas produções em cooperativas.

Palavras-chave: Cooperativismo. Assentamentos Rurais. Reforma Agrária.

ABSTRACT: This article is an integral part of the results of researches carried out in the elaboration of a monograph on the conclusion of a course in Geography at the Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente campus. Currently the author is studying Masters at the same university. The purpose of this paper is to analyze the characteristics of the foundation of COCAPAR (Cooperativa dos Assentados do Pontal do Paranapanema), observing how the organizations for the founding of the cooperative took place, which introduced new strategies of organization by the Landless Workers Movement, to rural settlements. Settlements arise as a result of the struggle of socio-territorial movements for land and agrarian reform. This is the type of agrarian reform existing in the country, the implantation of rural settlements through popular pressure. The construction of cooperatives appears in the rural settlements aiming at the permanence in the land, because after the conquest of the land, settled families need to remain and reproduce their ways of life, seeking social ascension and economic emancipation, the peasantry then starts to articulate their productions in cooperatives.

Keywords: Cooperativism. Rural Settlements. Agrarian Reform.

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo compreender o cooperativismo do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) na organização na fundação da Cooperativa dos Assentados do Pontal do Paranapanema (COCAPAR), buscando analisar a construção e atuação das estratégias pressupostas que seguem a lógica do MST, como o SCA (Sistema Cooperativista dos Assentados). São analisados aspectos da estrutura, funcionamentos e organização das atividades na fundação da cooperativa, as estratégias de organização rural das famílias assentadas pelo processo de Reforma Agrária. Também observou-se como as famílias do assentamento inserem seus produtos na formação de cooperativas, buscando contribuir com a construção do desenvolvimento territorial dos acampamentos em que as cooperativas e a agroindústrias estão atuando, compreendendo a reprodução do campesinato nos assentamentos, observando fundamentalmente a organização territorial no campo. Utilizou-se da ciência geográfica em conformidade com os resultados qualitativos das entrevistas, para compreender, investigar, identificar e descrever, as atualidades e conflitualidades da Questão Agrária e do cotidiano camponês.

O referencial teórico desta pesquisa é o Paradigma da Questão Agrária (PQA), que compreende a questão agrária como um problema estrutural desencadeado pelo desenvolvimento desigual e contraditório do capitalismo na agricultura (FERNANDES, 2008; FELICIANO, 2009; OLIVEIRA, 2002). Sendo um problema estrutural, a questão agrária só pode ser resolvida mediante a construção de outra sociedade, mais equânime.

O desenvolvimento do modo de produção capitalista na agricultura produz relações de produção capitalistas, como o trabalho assalariado, e, contraditoriamente, relações de produção

¹⁹ Professor de Geografia e Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista – Presidente Prudente (SP) – Brasil karin.gabriel_kg@hotmail.com

não capitalistas, como o trabalho familiar (OLIVEIRA, 2002). O campesinato também é (re)criado por meio da ocupação da terra (FERNANDES, 2008). Assim, o camponês pode ser (re)criado pela compra, arrendamento ou ocupação da terra (FERNANDES, 2008). Após o acesso a terra, os camponeses se reproduzem subordinando-se ao capital (MARTINS, 1995) ou construindo alternativas aos impérios agroalimentares (PLOEG, 2008).

O processo de formação do campesinato remonta à gênese da história da humanidade (FERNANDES, 1999). Essa leitura histórica é importante para a compreensão da lógica da persistência do campesinato em diferentes tipos de sociedades. Dessa forma, a existência do campesinato nas sociedades escravocrata, feudal, capitalista e socialista é um referencial para entendermos o sentido da sua existência. A coexistência e a participação do campesinato nesses diferentes tipos de sistemas sociais, políticos e econômicos e a sua constância quando do fim ou crise dessas sociedades demonstram que a sua persistência precisa ser considerada como uma qualidade intrínseca dessa forma de organização social.

O camponês é um modo de produção não capitalista (CHAYANOV, 1974) e uma classe social que se opõe aos capitalistas-latifundiários (CARVALHO, 2012). Enquanto o objetivo do capitalista-latifundiário é a reprodução ampliada do capital, o intuito do camponês é a reprodução social da família. O princípio básico da unidade camponesa é a satisfação das necessidades da família e não a obtenção de uma taxa média de lucro. A importância do produto do trabalho camponês é determinada pela dimensão e composição da família, ou seja, pelo número de pessoas da família capazes de trabalharem e pelo seu grau de autoexploração. Esse último é determinado pelo equilíbrio entre a satisfação da família e a penosidade do trabalho.

O camponês é compreendido por sua base familiar, pelo trabalho da família na sua própria terra ou na alheia. A base familiar é uma das principais referências para delimitar o conceito de campesinato. Em toda a sua existência essa base foi mantida e é característica fundamental para compreendê-lo. O trabalho familiar é, muitas vezes, articulado a outras relações de trabalho no âmbito da unidade camponesa, como a ajuda mútua, a parceria e, quando necessário, o trabalho assalariado (OLIVEIRA, 2002). Esse conjunto de relações é sempre estabelecido a partir da hegemonia do trabalho familiar na unidade de produção e consumo. No Brasil, a luta pela terra faz parte do processo de formação do campesinato que, desde a sua origem, é (re)criado ocupando terras ou resistindo à expropriação (FERNANDES, 1999). O campesinato é, portanto, (re)criado tanto no bojo do desenvolvimento desigual e contraditório do capitalismo como na luta pelo acesso a terra de trabalho. Ao ocupar terras, os camponeses sem-terra organizados em movimentos socioterritoriais possibilitam a sua (re)criação através da conquista de assentamentos rurais.

De acordo com Bergamasco (2003), os assentamentos rurais, espaços divididos em lotes onde os camponeses sem-terra passam a residir, permitem a reprodução de modos de vida fundamentados no trabalho familiar e, em alguns casos, coletivo, e, ainda, a continuidade da luta pela terra. A democratização do acesso a terra é relevante para o desenvolvimento rural, pois segundo Bergamasco (2003), contribui com a melhoria da qualidade de vida dos camponeses assentados, além do aumento da oferta de alimentos. Ademais, os territórios camponeses propõem a construção de outro modelo de desenvolvimento da agricultura, baseado na agroecologia e soberania alimentar.

Segundo Ribas (2002), as experiências produtivas que ocorrem nos assentamentos rurais estão voltadas para a reprodução do modo de vida camponês, levando-se em consideração a convivência harmônica com o meio ambiente e a produção de alimentos.

De acordo com Mazzini (2007), a política de assentamentos rurais gera impactos no desenvolvimento regional, pois os assentamentos rurais são produtores de novas feições e organizações espaciais em substituição ao latifúndio e de contraposição ao agronegócio. A política de assentamentos rurais foi colocada na agenda do Estado a partir da pressão dos movimentos socioterritoriais, dos conflitos e enfrentamentos protagonizados pelos sem-terra.

Os assentamentos rurais, independente da vontade do poder público, materializam-se como territórios de luta pela/na terra, sendo inegável os benefícios que a inserção dos assentamentos tem proporcionado no desenvolvimento regional, em diversas áreas do país, tanto no campo, como na cidade, melhorando a qualidade de vida das famílias assentadas e tornando-se exemplo

de luta para tantas outras famílias despossuídas. É preciso destacar, de acordo com Bergamasco (2003), os assentamentos rurais também são carentes de infraestrutura, em algumas localidades, existe falta de coleta de lixo, falta de saneamento básico, além de muitas vezes, faltar transporte coletivo para os jovens frequentarem as escolas. Ou seja, ainda que os assentamentos representem um aporte para o desenvolvimento regional, existe a necessidade de políticas emancipatórias para o desenvolvimento das famílias assentadas, que muitas vezes, continuam excluídas, mesmo após a conquista da terra.

É no processo de luta pela terra, reforma agrária e desenvolvimento dos assentamentos rurais que outras lutas vão sendo forjadas pelos camponeses, sobretudo aqueles organizados em movimentos socioterritoriais como o MST. A luta dos camponeses pela organização da produção de alimentos através de cooperativas agropecuárias, cooperativas de prestação de serviços e cooperativas de crédito agrícola faz parte desse contexto (FABRINI, 2007). A luta pela terra se desdobra, necessariamente, na luta pela viabilização econômica dos assentamentos rurais (RIBAS, 2002). De acordo com Fernandes (1999), a construção do cooperativismo nos assentamentos rurais organizados pelo MST é resultado do multidimensionamento da luta pela terra e reforma agrária.

Logo, essas lutas se desdobram em outras, como as lutas por moradias, infraestrutura, educação, saúde, produção, processamento, comercialização, entre outras. Nesse sentido, o associativismo e o cooperativismo nos assentamentos rurais se inserem nas estratégias camponesas de construção da autonomia e emancipação no cultivo, no processamento e na comercialização de alimentos, normalmente, agroecológicos, fortalecendo as lutas dos camponeses contra o modelo de desenvolvimento da agricultura hegemônico, o agronegócio, que desterritorializa, subordina e marginaliza os camponeses. Uma das soluções encontradas pelos membros do MST para resolver os problemas em relação à produção é desenvolver formas de cooperação que permitam aos agricultores assentados superarem em conjunto as dificuldades que recaem sobre eles quando atuam isoladamente. Para o movimento, através do trabalho em conjunto os assentados podem encontrar formas de adquirir equipamentos, tecnologias, assim como comercializar os seus produtos com preços mais favoráveis, evitando a pauperização dos camponeses (FABRINI, 2007). O cooperativismo é exercido como parte integrante da luta pela permanência na terra e da luta pela conquista da terra.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os procedimentos metodológicos utilizados para a análise sobre a fundação da COCAPAR, assim como da sua estrutura organizativa, foram levantamentos bibliográficos, análises de dados levantados pelos técnicos do MST durante o evento “Escola de Inverno - Extensión, Integralidad y Desarrollo en Territorios Campesinos”, que ocorreu em 2016 na região do Pontal do Paranapanema, que é localizada no Oeste do Estado de São Paulo e sobre a organização dos lotes das famílias interessadas em produzir alimentos para as cooperativas.

Os procedimentos metodológicos são fundamentais para as análises científicas e podem ser entendidos como um conjunto de técnicas que permitem ao pesquisador interagir com o seu objeto de estudo de diferentes formas, dependendo dos objetivos da pesquisa.

Para o desenvolvimento da pesquisa, realizamos entrevistas abertas, com membros da COCAPAR e assentados associados que são membros do MST, realizando diálogos e registrando informações sobre a fundação da COCAPAR.

As estratégias metodológicas utilizadas no desenvolvimento desta pesquisa, propõe a análise das práticas organizativas de um grupo social no interior da sociedade capitalista, os camponeses rurais. Em função disso, a pesquisa parte do reconhecimento da luta de classes e, portanto, da conflitualidade presente nas relações sociais. Nesse sentido, procuraremos primar pela perspectiva crítica.

Uma das atividades iniciais desse estudo é o levantamento bibliográfico, pelo qual realiza-se a busca de publicações e trabalhos acadêmicos, que possam contribuir no desenvolvimento da pesquisa. Compõem também esta etapa, o levantamento de dados secundários, nos institutos e

órgãos oficiais, bem como o de fontes históricas nos lugares de memória das cidades (como bibliotecas e arquivos históricos).

Além da pesquisa documental, realizamos trabalhos de campo, buscando analisar o surgimento e estrutura organizativa da cooperativa, assim como a construção de futuras agroindústrias. Os primeiros trabalhos de campo foram realizados no decorrer do evento “Escola de Inverno - Extensión, Integralidad y Desarrollo en Territorios Campesinos”, organizado pelo NERA e FCT/UNESP. Outros trabalhos de campo foram realizados nos meses de Janeiro e Fevereiro de 2017, no qual dialogamos com os coordenadores de cooperativas e membros do MST envolvidos na construção de agroindústrias.

Também participamos das reuniões entre os membros do MST, e representantes do poder público, para a discussão e elaboração da gestão e logísticas de agroindústrias. Nessas reuniões, discutimos quem são os assentados que produzem para a agroindústrias e as formas de produção que possuem, como estão organizadas as cooperativas, se a produção é agroecológica ou convencional, qual é geralmente a produção inicial de agroindústrias (produtos e quantidade) e quais são os canais de comercialização (Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), feiras e cestas agroecológicas.

3. A FUNDAÇÃO DA COCAPAR

A fundação da COCAPAR surge em um contexto de necessidade de criar alternativas para os assentados da região conseguirem escoar a sua produção, gerar renda para as famílias e, assim, permanecer na terra.

A ideia de formar a COCAPAR, surgiu no ano 2001, para realizar a organização e escoamento de nossas produções, quando aconteciam reuniões com a base do MST, onde recebíamos instruções da comissão estadual do MST, que esta sempre se reunindo com a organização nacional do movimento. [Presidente da COCAPAR Gestão 2016. Trecho de Entrevista, concedida em Trabalho de Campo - 23-10-2016]

A COCAPAR está registrada na comarca do município de Teodoro Sampaio. Apesar de ter sido inaugurada na região no ano de 2001, só foi oficializada em 2006, ou seja, registrada como um empreendimento cooperativo.

Segundo os coordenadores da COCAPAR, após a experiência da COCAMP não ter dado certo em virtude dos enfrentamentos políticos-ideológicos com representantes do poder público na região e da falta de infraestrutura, nas reuniões que ocorriam na escola Florestan Fernandes, localizada em Guararema, com a coordenação regional e estadual do MST, os assentados da região decidiram formar uma nova cooperativa.

A partir de muitas reuniões e tomadas de decisões que envolviam elaborar uma proposta de cooperativa, analisar os lotes interessados em participar, definir o perfil da estrutura de funcionamento, convocar assembleias nos assentamentos, motivando a participação de famílias camponesas, os assentados decidiram implantar a COCAPAR na região. O atual escritório sede da cooperativa está localizado no município de Euclides da Cunha Paulista:

A COCAPAR funciona como organização de uma empresa, surgiu depois que a COCAMP não teve sucesso, nos reunimos com organizações estaduais pra trazer a ideia de uma nova cooperativa. A COCAMP não deu certo por que nós enfrentávamos na época o agronegócio aqui na região, e enfrentamos até hoje, é uma luta. Nós queremos o modelo socialista de gestão da cooperativa e o agronegócio é capitalista. Existe uma discordância entre nós e o agronegócio possui dentro do poder público grandes aliados que barravamos sas propostas. Nossos financiamentos eram barrados pelos promotores judiciários da região, tivemos muitas discussões em Mirante do Paranapanema com os políticos e não conseguiram resolver muita coisa. A COCAMP foi se desgastando nessa luta contra do agronegócio, e aí surgiu a ideia de uma nova cooperativa para

melhorar nossas produções e melhor enfrentar o modelo da agricultura capitalista. [Tesoureiro da COCAPAR Gestão 2009. Trecho de Entrevista, concedida em Trabalho de Campo - 23- 10-2016]

A comercialização de alimentos já estava sendo realizada por alguns assentados no município de Rancharia, mas eles não conseguiam avançar porque havia poucos associados, então essa questão foi transferida pela coordenação regional do MST para o município de Teodoro Sampaio, onde se pensou em novas estratégias, envolvendo a participação das mulheres no processamento dos legumes advindos dos lotes e dos jovens nas tomadas de decisão, gerando assim maior comprometimento social e agrícola:

Essa ideia de fundar a COCAPAR foi transferida de Rancharia pra cá, pois aqui havia maior número de assentados para participar, e tem os jovens também pra poder gerar aprendizado ajudando. [Associado da Cocapar desde 2009. Trecho de Entrevista, concedida em Trabalho de Campo - 23- 10-2016]

Segundo a presidência da COCAPAR, o surgimento e funcionamento da cooperativa, ocorre aos moldes de uma cooperativa tradicional do MST.

A Cocapar, funciona como qualquer outra cooperativa comum do MST, acontecem reuniões com os assentados, possuímos uma ideologia política, e a questão principal que temos é produzir, escoando a produção, conseguindo vender alimentos que plantamos. Para começar com a Cocapar, nós buscamos nos espelhar muito nas cooperativas do MST que ficam localizadas no Sul do Brasil, aparentemente por lá, as coisas estão dando certo. [Presidente da Cocapar Gestão 2016. Trecho de Entrevista, concedida em Trabalho de Campo - 23-10-2016]

A Cocapar, foi formada a partir de experiências dos camponeses com a produção agrícola, e de suas vivências na luta pela terra. O membros procuram objetivar as conquistas como ocorreram na região Sul do Brasil, onde experiências de cooperativismo do MST, obtiveram sucesso em comercialização dos produtos.

Uma das ideias fundamentais pra fazer o escoamento dos produtos rurais, foi entregar os alimentos pra merenda escolar, das cidades de Mirante do Paranapanema e Teodoro Sampaio, conseguimos fornecer nossos produtos, gerando renda e incentivo pros associados da cooperativa. [Presidente da Cocapar Gestão 2016. Trecho de Entrevista, concedida em Trabalho de Campo - 23-10-2016]

Em pesquisas de campo, participando em observação de reuniões da COCAPAR, foi possível notar que a direção da cooperativa, além de prosseguir outras atividades de formação e capacitação, criou os núcleos de formação, que de acordo com a presidência com a transferência de conhecimento múltiplos, tanto de vivência prática, quanto de experiências educacionais, destinados a transmitir aos assentados conhecimentos tanto de técnica organizativa como de técnicas referentes à agroindústria. A COCAPAR tem como fundamental desenvolvimento, a produção de pães, as mulheres que são associadas, participam ativamente, gerando um revezamento conforme a disponibilidade, para a produção dos produtos de panificação que são comercializados nos municípios próximos. Esse aspecto gerou impulso para a continuidade das atividades na cooperativa.

Segundo a presidência da COCAPAR, a ideia é exercer um cooperativismo com a participação da mulher, dos jovens, envolvendo o desenvolvimento da agroecologia, buscando escoar as produções realizadas por parte das famílias assentadas, gerando renda e emancipação dos pequenos produtores.

Desde o surgimento inicial da ideia em 2001, até na atualidade em 2017, notamos que os desafios ainda persistem, entretanto a organização ainda se mantém, buscando formas de dinamizar o escoamento das produções agrícolas.

As dificuldades são muitas, enfrentamos a falta de acesso aos créditos rurais, não conseguimos financiamentos, empréstimos para tocar nosso empreendimento cooperativo. Buscamos também nos inserir na agroecologia, e não é fácil, o solo é infértil por aqui, e lutamos, gerando estratégias de irrigação. Por mais que sejamos adeptos do socialismo, precisamos desenvolver nossas produções dentro da lógica do sistema capitalista, pra depois ter autonomia e poder estruturar nossa comercialização de forma socialista. A chegada do Programa PAA aqui na região foi muito boa durante os anos de 2014 e 2015, agora em 2016 com essa crise, e com a entrada do novo governo do PMDB como oficial, foram cortados alguns investimentos do Programa de Aquisição de Alimentos, e as comercializações de produtos agropecuários estão se tomando fracas. [Tesoureiro da Cocapar Gestão 2009. Trecho de Entrevista, concedida em Trabalho de Campo - 23-10-2016]

O PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), é um dos principais instrumentos que contribuem no desenvolvimento da cooperativa. Notamos em observações empíricas que os assentados necessitam intrinsecamente do programa para escoamento de mercadorias. Na atualidade, os associados conseguem comercializar seus produtos nas feiras livres, segundo a presidência da COCAPAR, alguns membros da cooperativa, vão à feira-livre em Teodoro Sampaio, e comercializam alguns produtos, como mamão e legumes, mas a presidência da cooperativa nos alertou em entrevistas, que isso não ocorre amplamente, mas de forma esporádica, entre poucos associados. Eles entregam também para o PAA, da mesma forma contam com o fornecimento para merenda escolar.

Recentemente foram realizados alguns estudos e pesquisas da FCT-UNESP, em parceria com o NERA e o MST, buscando compreender a formação de uma agroindústria por parte dos associados da COCAPAR, e nos questionários aplicados foi possível analisar algumas informações sobre o manejo que ocorre nos lotes dos associados da COCAPAR. Nas pesquisas empíricas, notamos que a maior parte dos associados, estão atualmente, realizando manejos agroecológicos em seus lotes, para determinadas culturas, o que vem contribuindo muito para o escoamento das mercadorias, que passam a possuir caráter ambiental e ecológico. Segundo a presidência da cooperativa, a agroecologia dentro da COCAPAR é exercida como a agricultura desde uma perspectiva ambiental.

Tem como manejo básico a preservação dos ecossistemas agrícolas, abordando os processos agrícolas de maneira sustentável, não só visando maximizar a produção mas também otimizar o agroecossistema, incluindo os componentes de fauna e flora, econômicos e técnicos. É possível analisar que grande parte dos lotes possuem Sistemas Agroflorestais (SAFs), que são consórcios de culturas agrícolas com espécies arbóreas que podem ser utilizados para restaurar florestas e recuperar áreas degradadas.

A utilização de árvores é fundamental para a recuperação das funções ecológicas, uma vez que possibilita o restabelecimento de boa parte das relações entre as plantas e os animais. Os componentes arbóreos são inseridos como estratégia para o combate da erosão e o aporte de matéria orgânica, restaurando a fertilidade do solo.

A região conhecida como Pontal do Paranapanema, possui recorrência de processos erosivos, os solos são em grande maioria arenosos. Em trabalhos de campo durante as pesquisas, coletando amostras de solo, posteriormente realizando análises de solo em laboratório na FCT-UNESP foi possível notar que os tipos de solos encontrados não são propícios para a agricultura, são arenosos, e nas observações empíricas notamos a recorrência de processos erosivos. Segundo Nunes (2010), a cobertura do solo é fator primordial no controle da erosão, para isso diversas práticas conservacionistas podem ser utilizadas. Os sistemas agroflorestais, são uma prática bastante eficaz para o controle das erosões, que por sua vez, influenciam melhoras no meio ambiente.

A implantação de agroflorestas faz com que a biodiversidade, tanto da fauna quanto da flora se eleve, relacionando com a agroecologia existente nos lotes rurais. Notamos ao observar a tabela que existe uma diversidade de produtos agrícolas que são advindos dos lotes rurais. A diversidade na produção, surge como estratégia de elaborar um modelo de agricultura mais sustentável, que não vise somente a lucratividade a partir da venda dos produtos, mas também, uma

responsabilidade com a saúde do consumidor, buscando também fortalecer e preservar o meio ambiente.

Em meio as produções das famílias associadas, a COCAPAR leva em consideração o papel fundamental que a agricultura desempenha para a sociedade, não somente como produtora de alimentos, mas também, de sua função ambiental. Segundo Altieri (2010), as atividades de agricultura que visam a diversidade, realizam a retenção de carbono, preservação da biodiversidade, gestão de bacias hidrográficas. Segundo as entrevistas com associados da cooperativa, notamos que muitos lotes buscam utilizar manejo agroecológico, buscando produzir uma agricultura saudável. Uma das principais bandeiras da cooperativa, desde sua formação, é a ecologia, que para fortalecer o enfrentamento perante o modelo capitalista de agricultura, busca levar aos consumidores produtos sem o uso indiscriminado de agrotóxicos, e com responsabilidade socioambiental.

A adoção de ações de sustentabilidade, na gestão da agroindústria, segundo os associados da COCAPAR e membros do MST, garantem a médio e longo prazo que os assentamentos possuam boas condições para o desenvolvimento das diversas formas de vida, inclusive a humana. Buscando garantir os recursos naturais necessários para as próximas gerações, possibilitando a manutenção dos recursos naturais, das florestas, matas, rios, lagos, oceanos e garantindo uma boa qualidade de vida para as futuras gerações de famílias camponesas.

Segundo a tesouraria da COCAPAR, as sobras líquidas apuradas no exercício são divididas entre os associados, depois de analisados os percentuais para o fundo indivisível em partes diretamente proporcionais às operações realizadas na cooperativa.

A COCAPAR é administrada por uma diretoria, mantendo um conselho de administração e outros mutirões necessários à administração, composto exclusivamente de assentados eleitos pela assembleia geral, com mandato de até 2 anos. Segundo a presidência da COCAPAR, a cooperativa de trabalho é constituída por membros do MST para o exercício de suas atividades laborativas e profissionais com proveito comum, autonomia e autogestão para obterem melhor qualificação, renda, situação socioeconômica e condições gerais de trabalho.

A estrutura funcional básica da COCAPAR é formada da seguinte maneira:

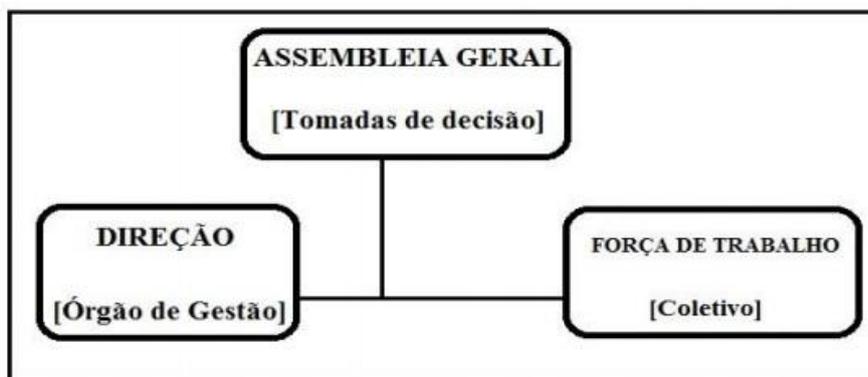


Figura 1: Diagrama da Estrutura Organizativa da COCAPAR
Fonte: Trabalho de campo, 2017. Org. Karin Gabriel Moreno.

A partir dessa estrutura organizativa, a COCAPAR objetiva ampliar a emancipação rural entre as famílias assentadas pelo processo de reforma agrária. Estabelece Núcleos em diversos assentamentos, para a organização e funcionamento, buscando inserir a participação da mulher e dos jovens, ampliando a permanência no campo. De acordo com a presidência da COCAPAR, a direção basicamente é formada por 5 membros que atuam ativamente, pelo fato de possuírem mais disponibilidade no compromisso com o desenvolvimento da cooperativa, mas sempre acessando as considerações do grupo, buscando atender as necessidades de todos os associados, que participam também de diversas atividades organizativas.

É preciso destacar também que, sendo uma forma de relação social, a cooperação proporciona uma situação problemática favorável ao desenvolvimento intelectual e moral dos envolvidos, fator esse que se reverte sobre a forma da reprodução da relação inicial, de forma qualitativa.

Quanto mais os assentados se envolvem em relações de cooperação, mais se desenvolvem politicamente e intelectualmente, de maneira que mais conseguem estabelecer relações conjuntas entre os mesmos. E devido o desenvolvimento dos participantes, proporcionado pela própria situação de cooperação, as relações de cooperação que se seguem tornam-se gradativamente melhores que as anteriores, as diversas experiências de cooperativismo que ocorrerão no passado, no Pontal do Paranapanema, impulsionarão o desenvolvimento das atuais perspectivas de cooperativismo.

Por fim, podemos notar que a coordenação da COCAPAR e os membros associados, propriamente participam das propostas do MST de biodiversidade e agroecologia, buscando elaborar atividades cooperativas que não visem somente a sustentabilidade econômica e social, das famílias envolvidas, mas também a sustentabilidade ambiental dos lotes rurais.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo objetivou analisar as estruturas na fundação da COCAPAR, sua forma de comercialização e de Reforma Agrária do MST. Especificamente, analisamos o processo de modificações, as evoluções e a delimitação das estratégias de ações coletivas. Ao longo do trabalho, descrevemos também a organização do MST e as articulações centrais de cooperativismo.

O modelo de cooperativismo adotado pelo MST é o de cooperativas de comercialização e, por isso, está próximo ao modelo de cooperativas de compras e vendas proposto por Singer (2002). Como foi possível observar, os principais benefícios do cooperativismo são industrialização dos produtos, comercialização dos produtos, projetos de financiamento e aluguel de máquinas agrícolas.

O que trazemos aqui é uma discussão sobre as relações de produção entre famílias assentadas, base fundamental para a compreensão acerca da Reforma Agrária. Ao investigar os fatos históricos, as técnicas de comercialização e produção, e as maneiras como elas são utilizadas, é possível contribuir na qualificação das estratégias cooperativistas, no uso realizados pelos assentados, na melhor adaptação as adversidades produtivas, também contribui na criação de diferentes recursos para influenciar no desenvolvimento das famílias em assentamentos rurais, colaborando no desenvolvimento do trabalho de organização e também inserindo um novo estudo, que poderá ser utilizado como referência nas análises sobre luta pela terra.

As constatações das dificuldades de reprodução dos pequenos agricultores no Brasil e a existência de uma grande massa populacional de excluídos do campo, conhecidos como 'sem-terras', norteou o interesse da presente pesquisa.

Como identificamos no trabalho, o grande objetivo do cooperativismo é auxiliar na construção de uma sociedade mais igualitária e se contrapor ao sistema de exclusão social imposta aos pequenos agricultores. Como a opção ideológica do grupo são ações coletivas, há um projeto de organização produtiva, estruturada dentro do próprio sistema de produção, embora com relações de trabalho diferentes. Ou seja, uma organização que não é individualista, no sentido das formas de exercer a mão de obra, que são organizadas coletivamente a partir dos métodos pressupostos pelo MST.

Por fim, é preciso destacar que o debate sobre cooperativismo mostra a importância da produção coletiva entre camponeses no espaço agrário. A Geografia e o estudo da questão agrária trocam contribuições em um contexto dialético, partindo do fato de que, em um dado momento, a ciência, as técnicas emergem como produtoras da história sobre a luta pela terra, e posteriormente se tornam produto do mesmo. Os estudos que investigam os modos de reprodução da vida nos ambientes rurais, exercem papel no processo de produção da ciência, através do desenvolvimento de pesquisas científicas, que posteriormente podem resultar em políticas públicas relacionadas ao desenvolvimento territorial.

Dessa forma, buscamos contribuir com a compreensão das práticas organizativas nos assentamentos rurais, visando um melhor entendimento sobre o ordenamento territorial nesses territórios que possuem a inserção do campesinato, utilizando-se da ciência geográfica e das investigações sociais, explicitando as formas de organização nos espaços rurais.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BERGAMASCO, Sonia. **A alternativa dos assentamentos rurais: organização social, trabalho e política**. São Paulo; Edunesp; 2003.
2. CHAYANOV, Alexander V. (1974). **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires, Ediciones Nueva Visión.
3. CARVALHO, Horacio Martins. **Chayanov e o Campesinato**. São Paulo; Expressão Popular; 2013.
4. CARVALHO, Horacio Martins. **Chayanov e o Campesinato**. São Paulo; Expressão Popular; 2013.
5. FABRINI, J. E. . **Concepções e práticas coletivas entre os camponeses**. Geografia (Rio Claro), v. 32, p. 571-585, 2007.
6. FERNANDES, Bernardo. **Sobre a Tipologia de Territórios**. Unesp, Presidente prudente; Outubro de 2008.
7. FERNANDES, B. M. **Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro: formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra MST**. 1979- 1999. Tese Doutorado; Presidente Prudente; UNESP; 1999.
8. FELICIANO, C. F. **Território em Disputa: Terras (re) tomadas. Estado, propriedade da terra e luta de classes no Pontal do Paranapanema**. Tese de Doutorado, 2009. Disponível na internet. USP, São Paulo.
9. MARTINS, Adalberto. **Cadernos das Experiências Históricas da Cooperação Nº 02 – O Cooperativismo no pensamento Marxista**. CONCRAB; 1995.
10. MAZZINI, Eliane de Jesus. **Assentamentos rurais no Pontal do Paranapanema - SP: uma política de desenvolvimento regional ou de compensação social ?**; UNESP_FCT; 2007.
11. OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A Geografia das lutas no campo**. 11ª edição revista e ampliada. São Paulo: Contexto, 2002.
12. PLOEG, J. D.Van Der. **Camponeses e Impérios Alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Série Estudos Rurais, Porto Alegre: UFRGS, 2008. 372 p.
13. RIBAS, Alexandre. **Gestão político-territorial dos assentamentos, no Pontal do Paranapanema (SP) : uma "leitura" a partir da COCAMP (Cooperativa de Comercialização e prestação de Serviços dos Assentados da Reforma Agrária do Pontal)**. FCT-Unesp, 2002.